

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Silêncio regulatório

A disfuncionalidade entre os Poderes também foi mencionada no plenário do STF, no julgamento sobre a responsabilidade das redes sociais iniciado na semana passada. Como ressaltou o presidente da Suprema Corte, ministro Luís Roberto Barroso, o Judiciário viu-se na necessidade de deliberar sobre a atuação das plataformas digitais ante o silêncio regulatório por parte do Legislativo. Após o pedido de vista do ministro André Mendonça, a questão ficou para o ano que vem.

Rotas sul-americanas

Tema abordado na semana passada durante o *CB Debate Desafios 2025*, as “Rotas de Integração Sul-Americana” representam uma oportunidade relevante para impulsionar as exportações do Brasil e dos países vizinhos. As cinco rotas definidas pelo Ministério do Planejamento têm uma função dupla para o Brasil: abrem canais para produtos brasileiros chegarem aos mercados vizinhos e encurtam a distância entre as exportações nacionais e a China, maior parceiro comercial do Brasil.

Para o Atlântico

Para os nossos vizinhos sul-americanos, a perspectiva é de bons negócios. Chile, Argentina e Paraguai, por exemplo, teriam corredores até chegar aos portos brasileiros e direcionarem seus artigos de exportação para a Europa e os Estados Unidos.

Exportar é tudo

Em 20 anos, as exportações brasileiras para a China aumentaram praticamente 17 vezes. Saltaram de US\$ 8,8 bilhões em 2002 para US\$ 152 bilhões em 2023. Para os países sul-americanos, o aumento foi menos expressivo: evoluiu de US\$ 7,4 bilhões para US\$ 40 bilhões. Existe, portanto, uma avenida de oportunidades para incrementar o comércio exterior brasileiro.

A desarmonia democrática entre os Poderes

Não resta dúvida de que 2024 representou um avanço na relação entre os Poderes da República, considerando a ofensiva golpista que se armou nos estertores do governo Bolsonaro. À luz do dia, os ataques constantes contra o Supremo Tribunal Federal partiam do Palácio do Planalto, particularmente, no período eleitoral. Nas sombras, militares conspiravam para desferir um golpe contra a democracia brasileira.

No governo Lula, os atritos entre os Poderes voltaram a ocorrer dentro da normalidade democrática — o que já denota uma notável diferença. Mas a tensão institucional passou a se dar em duas frentes. A primeira, entre o STF e o Congresso Nacional. A determinação da Suprema Corte de mais transparência na liberação das emendas irritou profundamente os parlamentares. E nada sugere que a questão esteja resolvida. As manobras aprovadas



G O M E Z

nas últimas votações podem provocar nova reação do STF. Eis um choque previsto para 2025.

O segundo ponto de desgaste institucional, dessa vez entre o Executivo e o Legislativo, decorre, igualmente, do manejo dos recursos da União. Com a obrigatoriedade de pagamentos das emendas e a apropriação do Orçamento pelo Parlamento, o governo se vê na situação esdrúxula de ter uma margem mínima de manobra para executar políticas públicas chanceladas pela maioria dos eleitores.

257 tiros justificados

Os 257 tiros de fuzil disparados por oito militares do Exército contra dois civis no Rio de Janeiro, em 2019, foram insuficientes para o Superior Tribunal Militar considerá-los culpados por homicídio doloso. Condenados em primeira instância a até 31 anos de prisão, eles tiveram a pena reduzida para três anos em regime aberto. No entendimento da Corte, tratou-se de “um erro plenamente justificado pelas circunstâncias”.

Começou de novo

As chuvas torrenciais em São Paulo deixaram cerca de 600 mil pessoas sem energia elétrica. Mais um episódio para ser analisado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Ministério de Minas e Energia. Em outubro, a agência reguladora cobrou explicações da concessionária por causa da demora em restabelecer o serviço.

Descanso merecido

Nas redes sociais, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, fez uma homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. “Em 2024, pela primeira vez, puderam tirar um recesso no Natal ou no Ano-Novo”. Nas palavras da ministra, esses trabalhadores “desempenham papel essencial” na administração federal. Disse, ainda, que o governo ampliou os direitos e as condições de trabalho dessa categoria.

Luto na estrada

A tragédia em Teófilo Otoni (MG), onde ao menos 38 pessoas morreram após uma colisão entre um ônibus e uma carreta, acende o alerta para a segurança nas estradas neste verão. Sinalização, controle de velocidade e fiscalização são medidas essenciais a serem adotadas por autoridades de trânsito, em nível local ou federal, para evitar tanto sofrimento nesse período de festas.

TENTATIVA DE GOLPE / Em parecer enviado ao STF, o procurador-geral da República diz que o general deve permanecer preso. Paulo Gonet reafirma que só a cadeia pode impedir novas tentativas de obstrução da Justiça pelo militar

Sem alívio para Braga Netto

» RAPHAEL PATI

Isac Nóbrega/PR



Preso por obstrução de justiça, o general Braga Netto é apontado como um dos artífices da tentativa de golpe

Cinco dias após a prisão do general Walter Braga Netto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer favorável à manutenção da prisão do ex-candidato a vice-presidente da República em 2022, na chapa de Jair Bolsonaro (PL). No documento, enviado na noite da última sexta-feira, o chefe do Ministério Público, Paulo Gonet, avalia que as razões que fundamentaram a prisão do general permanecem válidas.

A PGR já havia se manifestado, há duas semanas, publicamente, em favor da prisão preventiva de Braga Netto, que, segundo o Ministério Público, tem o objetivo de evitar interferências na apuração do caso. O general de quatro estrelas é suspeito de liderar uma trama golpista orquestrada logo após as eleições presidenciais de 2022.

Segundo investigação da Polícia Federal (PF), Braga Netto tentou obter dados da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Em 5 de fevereiro, Cid confirmou que o ex-ministro e “outros intermediários” procuraram o pai dele, general Mauro Lourena Cid, por telefone, com o objetivo de obter informações sobre a colaboração premiada.

“As tentativas do investigado de embarçar a investigação em curso denotam a imprescindibilidade da medida extrema, dado que somente a segregação do agravante poderá garantir a cessação da prática de obstrução. O quadro fático denota, assim, risco de continuidade delitiva por parte do investigado, o que traz à espécie o elemento de contemporaneidade”, sustenta o PGR, que avalia que medidas cautelares mais brandas

não seriam suficientes para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal.

A manifestação é uma resposta ao pedido do advogado de Braga Netto, José Luís Oliveira Lima, para que a Procuradoria-Geral avaliasse a possibilidade de substituir a prisão por outras medidas restritivas. A defesa do general condena a prisão preventiva e sustenta que ela não deveria ter sido decretada por se tratar de fatos passados, alegando que há falta de contemporaneidade nos atos ilícitos.

Braga Netto, que ocupou o Ministério da Defesa e a chefia da Casa Civil no governo Bolsonaro, foi preso em 14 de dezembro por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes. O magistrado ressaltou, na ordem de prisão,

que o general ajudou a “obstruir as investigações em curso”, após obter dados sigilosos em um esquema de colaborações com outros envolvidos no caso.

Ainda na ordem expedida por Moraes, o ministro relatou que a PF apontou “provas robustas” da participação de Braga Netto como planejador e executor na consolidação de um golpe de Estado no país, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A trama só não foi executada, segundo o ministro, por “circunstâncias alheias às suas vontades”.

A PF ressaltou, em representação ao STF, que havia provas de que o ex-ministro e candidato a vice em 2022 buscava contato com parentes do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de

Bolsonaro, por conta do acordo de delação premiada que fechara.

“A referida constatação decorre, especialmente, da localização de um documento na sede do Partido Liberal que descreve perguntas e respostas relacionadas ao acordo firmado entre Mauro Cid e a Polícia Federal. O surgimento de novos elementos evidenciam uma relevância ainda mais sólida da atuação do general Braga Netto”, sustenta a PF.

Na última quinta-feira, o general pediu para depor à PF, segundo informação confirmada pelo advogado. De acordo com o criminalista José Lima — que já defendeu outros políticos, como o também ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, durante o escândalo do Mensalão —, Braga Netto estava “sereno” diante das acusações,

Antonio Augusto/Secom/MPF



As tentativas do investigado de embarçar a investigação em curso denotam a imprescindibilidade da medida extrema, dado que somente a segregação do agravante poderá garantir a cessação da prática de obstrução

Paulo Gonet, procurador-geral da República

apesar de ainda considerar a situação desconfortável e buscar “esclarecer os fatos”.

Sem delação

A defesa informou ainda que o cliente não fará acordo de delação premiada, com a justificativa de que o general não teve envolvimento com o planejamento de um golpe para impedir a posse de Lula. “Ele respeita o Judiciário e confia que sua inocência será provada, tanto que pediu para depor imediatamente”, sustentou Lima. “Nosso primeiro ato foi pedir para que ele seja ouvido pela Polícia Federal para esclarecer todas as mentiras e restabelecer a verdade”, completou.

A defesa deverá contestar a delação feita por Mauro Cid, que incluiu

Braga Netto entre os líderes do suposto plano golpista. “A delação do Mauro Cid consegue ser pior do que as piores ilegalidades da Lava-Jato”, alegou a defesa do ex-ministro, que completou: “Seu acordo deveria ter sido rescindido faz tempo, ele muda de versão a toda hora. É uma ficção que, no momento oportuno, será desmascarada”.

A prisão do militar se deu no apartamento onde mora, na Zona Sul do Rio de Janeiro, horas depois de chegar de Alagoas, onde passava as férias com a família. Braga Netto foi o primeiro general de quatro estrelas na história do país a ser levado à cadeia. Ele está detido no Comando da 1ª Divisão de Exército, na capital fluminense, e não há previsão de transferência para Brasília.